

Bolsonaro pede a Moraes que devolva passaporte

Ex-presidente, que recebeu convite para viagem a Israel em maio, tenta recuperar documento pela segunda vez. Ministros do STF avaliam como frágeis as explicações da defesa para passagem do ex-chefe do Planalto na embaixada da Hungria

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@oglobo.com.br

A defesa de Jair Bolsonaro pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a devolução do passaporte do ex-presidente, apreendido em fevereiro durante uma operação da Polícia Federal (PF). Na solicitação encaminhada na semana passada ao Supremo, antes da revelação sobre sua estadia na embaixada da Hungria, os advogados defendem a autorização para que Bolsonaro viaje para Israel, entre os dias 14 e 18 de maio, como mostrou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

De acordo com a defesa, Jair Bolsonaro recebeu, recentemente, um convite do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, para visitar o país, mas ainda aguarda autorização do Supremo. O pedido de devolução do passaporte é o segundo enviado ao ministro Alexandre de Moraes, que encaminhou a solicitação para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido deve ser julgado pela Primeira Turma do Supremo ou pelo plenário da Corte, mas ainda não há data para isso ocorrer.

O passaporte de Bolsonaro foi apreendido em fevereiro, a pedido da PF na Operação Tempus Veritatis, que apura uma suposta tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente no poder. Na decisão, Moraes também proibiu

ex-presidente de manter contato os demais investigados.

Em 14 de fevereiro, o advogado Paulo Cunha Bueno, que representa Bolsonaro, anunciou pela primeira vez que havia pedido a devolução do documento. À época, ele classificou a decisão como "absurda" e disse que o ex-presidente "nunca deu qualquer indicio de que se evadira".

Quatro dias depois, Bolsonaro ter o passaporte apreendido pela Polícia Federal, Bolsonaro se hospedou na embaixada da Hungria, em Brasília — episódio revelado pelo "The New York Times". For ser considerado um território sob controle de outra nação, o ex-presidente esteve fora do alcance da Justiça brasileira no período em que permaneceu no prédio consular.

PERDIDO DE ASILLO

A Polícia Federal abriu uma investigação para verificar se Bolsonaro estava procurando asilo político na embaixada e se isso configuraria uma tentativa de fuga. Como mostrou o GLOBO, ministros do STF veem com cautela a possibilidade de eventual pedido de prisão preventiva do ex-presidente por eventual risco de fuga.

Ministros da Corte ouvidos pela reportagem avaliaram como frágeis as explicações fornecidas pela defesa de Bolsonaro a respeito de sua estadia na embaixada. Em



Sem autorização, Bolsonaro foi convidado pelo primeiro-ministro de Israel para visitar país; passaporte retido impede



Ministro do STF Moraes. Em fevereiro, Bolsonaro pediu a devolução do passaporte apreendido

caráter reservado, magistrados dizem que os argumentos apresentados pelo político são "fracos" e não respondem o que motivou ele ter passado dois dias na representação diplomática.

Como justificativa para a hospedagem, os advogados pontuaram que, apesar de não ter mais mandato, Bolsonaro continua com uma "agenda de compromissos políticos ex-

tremamente ativa", o que inclui encontros com "lideranças estrangeiras alinhadas com o perfil conservador".

Os argumentos foram apresentados a Moraes, que tinha concedido 48 horas para Bolsonaro se explicar sobre os dois dias de hospedagem, entre 14 e 16 de fevereiro. O documento foi antecipado pela colunista do GLOBO Malu Gaspar.

Os advogados do ex-presidente classificaram como "ilógica" a ideia de que Bolsona-

ro iria solicitar refúgio político da Hungria, que é governada pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, aliado do ex-presidente.

"A própria imposição das recentes medidas cautelares tornava essa suposição altamente improvável e infundada", afirmou a defesa, referindo-se às medidas cautelares ordenadas por Moraes em fevereiro, como a proibição de Bolsonaro se ausentar do país e a retenção do passaporte.

VIAGENS COMUNICADAS

Na resposta a Moraes, a defesa de Bolsonaro menciona ainda que nas vezes em que se ausentou do país, o ex-presidente informou com antecedência ao magistrado por ser investigado em ao menos cinco inquéritos na Corte. Foi o caso, por exemplo, da ida de Bolsonaro à Argentina para a posse de Javier Milei na presidência do país vizinho, em dezembro do ano passado.

A interlocutores, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também tem dito que considera a prisão uma medida "excessiva". O procurador-geral deve se manifestar sobre o tema após o feriado da Páscoa, atendendo a um pedido de Moraes, que na quarta-feira passada deu prazo de cinco dias para que a Procuradoria-Geral da República se manifeste sobre as alegações do ex-presidente Bolsonaro.

Ministro solta três coronéis da PM acusados de omissão no 8/1

Outros quatro oficiais tiveram as prisões preventivas mantidas pelo STF

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@oglobo.com.br

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou a soltura de três oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal que são réus em um processo que os acusa de omissão durante os atos golpistas de 8 de janeiro. Foram beneficiados os ex-comandantes da PM-DF coronéis Klepeter Rosa e Fábio Augusto Vieira e o ex-comandante do 1º Comando de Policiamento Regional coronel Marcelo Casimiro.

Para substituir os mandados de prisão, Moraes impôs ou-

tras medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, recolhimento domiciliar à noite, proibição de se ausentar do país e comunicação entre os envolvidos e a obrigação de entregar os passaportes.

"O descumprimento de qualquer uma das medidas alternativas implicará em sua imediata revogação e decretação da prisão", escreveu o ministro do STF. Na decisão, Moraes leu em voz alta que os três PMs foram para a reserva remunerada e, assim, deixaram de ter influência sobre a tropa.

"A necessária compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade não aponta

permanência das razões para a manutenção da medida cautelar extrema, seja para a garantia a ordem pública, seja para impedir eventuais condutas do réu que pudessem atrapalhar a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, uma vez que, houve reestruturação total do comando da Polícia Militar do DF", escreveu Moraes.

O ministro, por outro lado, decidiu manter a prisão de outros quatro oficiais — o ex-comandante do Departamento de Operações Jorge Naimé, o ex-chefe do Departamento de Operações Paulo José Bezerra, o major Flávio Silvestre de Alencar e



Medida cautelar. O PM Fábio Augusto Vieira, solto com uso de tornozeleira

tenente Rafael Pereira Martins. O magistrado entendeu que não "havia qualquer alteração na situação" dos réus, porque eles permanecem como militares da ativa, diferentes dos seus outros três colegas.

Em nota, a defesa do ex-comandante Fábio Augusto Vieira celebrou "a correção da decisão" e disse "renovar sua confiança no estado demo-

crático de direito, nas instituições brasileiras e na democracia". O texto é assinado pelos advogados João Paulo Boaventura e Thiago Turbay.

ACUSAÇÃO DE OMISSÃO

Os sete oficiais foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de omissão, abolição violenta do estado democrá-

co de direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça. A Primeira Turma do Supremo aceitou a denúncia e abriu a ação penal em fevereiro deste ano. A PGR entendeu que os PMs foram omissos no planejamento e execução da operação preparada para acompanhar os manifestantes que invadiram as sedes dos Três Poderes.

Segundo a PGR, eles teriam aderido "subjetivamente" às ações delitivas praticadas por terceiros, quando "deveriam poderiam agir para evitar o resultado", e deixaram "de cumprir os deveres de proteção e vigilância que lhes são impostos" pela Constituição e Lei Orgânica da PM-DF.

O subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, apontou que o comando da PM sabia das movimentações golpistas no acompanhamento em frente ao QG do Exército por manter agentes de inteligência infiltrados.

PGR reduz valor de multas aplicadas a golpistas

Medida da gestão de Paulo Gonet referente ao 8 de Janeiro teve aval de Alexandre de Moraes; multa mais baixa é de R\$ 1,4 mil

RAFAEL MORAES MOURA
rafael.moraes.moura@oglobo.com.br

O "pacote" de multas fixadas nos 21 acordos de não persecução penal homologados nesta semana pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes expõe uma mudança na postura da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao aplicar sanções contra os golpistas do 8 de Janeiro.

Até então, os acordos fechados pela PGR com os manifestantes que se envolveram nos atos antidemocráticos previam multas que variavam de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil. Agora, no pacote validado por Moraes, há até um caso de multa de R\$ 1.412, a ser paga em quatro parcelas mensais, conforme antecipou o blog da colunista Malu Gaspar, do GLOBO.

Os acordos de não persecu-

ção penal são firmados com aqueles que estavam nos atos golpistas, mas não praticaram atos de violência, invulso de predição dos crimes públicos — ou seja, que cometeram crimes considerados menos graves. Os réus se comprometem a pagar uma multa e são obrigados a fazer um curso de "Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado".

Em 18 dos 21 acordos fechados pela equipe do procu-

rador-geral da República, Paulo Gonet, a multa foi de R\$ 5 mil — o piso adotado na gestão Augusto Aras. Em outros três casos, o valor foi ainda menor, chegando a R\$ 2,5 mil, R\$ 2 mil e até a R\$ 1.412.

A PGR leva em consideração a situação socioeconômica de cada investigado ao determinar o valor da multa e enviar o acordo para homologação do STF. A menor multa, a de R\$ 1.412, foi aplicada a um

homem de Mogi das Cruzes (SP) que estava acampado em frente ao quartel geral do Exército, em Brasília, pedindo intervenção militar.

Já a multa de R\$ 2 mil foi imposta a uma mulher de Conceição do Jacuípe (BA) que também ficou acampada no QG do Exército em Brasília. Ela alegava estar sem condições econômicas de pagar um valor mais alto para fechar a negociação

com os procuradores. As mudanças de padrão foram feitas para acelerar acordos já na gestão do atual procurador-geral da República, Paulo Gonet. A equipe de Gonet também cortou pela metade o tempo necessário para a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas por parte de todos os investigados — de 300 para 150 horas.

Conforme informou o GLOBO, Gonet pretende ampliar o número de acordos firmados porque avalia que eles podem livrar o Supremo de julgar mais de mil ações penais, além de ser uma resposta eficaz por parte do Estado.